

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ORIENTAÇÕES BÁSICAS À FAMASC PARA ORGANIZAÇÃO DE UM
EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO:
COOPERATIVA CENTRAL DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE
MOLUSCOS BIVALVES**

LILIAN DA SILVA SOUZA

Florianópolis, 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ORIENTAÇÕES BÁSICAS À FAMASC PARA ORGANIZAÇÃO DE UM
EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO:
COOPERATIVA CENTRAL DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE
MOLUSCOS BIVALVES**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Lilian da Silva Souza

Orientador: Prof. Armando Lisboa

Área de Pesquisa: Economia Solidária

Palavras – Chaves 1- Maricultura

2- FAMASC

3- Cooperativa

Florianópolis, julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir à nota 7,0 (sete) a aluna Lilian da Silva Souza, na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Armando Melo Lisboa

(Presidente)

Prof. Jaime César Coelho

(Membro)

Prof. Cláudia Lúcia Bisaggio Soares

(Membro)

À hora em que você precisa fazer alguma coisa é quando ninguém mais quer fazê-la ou quando todos dizem que é impossível.. "Fudora Welty"

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e aos meus protetores por terem me dado força para enfrentar todas as dificuldades encontradas durante a minha vida acadêmica e, principalmente na conclusão deste trabalho.

À minha mãe Lina, por ter tido coragem para criar duas filhas sozinha após a falta de seu companheiro e especialmente a ele Maurício, meu pai, infelizmente ausente em matéria, porém muito presente em espírito.

Ao meu namorado Túlio que tanto amo. Pela paciência, compreensão e motivação diante das minhas limitações. Não esquecerei jamais as noites frias que você não me deixou passar nos pontos de ônibus.

Ao prof. Armando Lisboa, principalmente, por ter me acolhido no momento que todos me deram as costas e por sua orientação no decorrer deste trabalho.

Às minhas amigas que foram muito importante na minha vida acadêmica, Beatriz Machado Dias, Fernanda Maria Pires e Sabrina Scoz; sou muito grata.

À Maria das Graças Silva, Presidente da FAMASC, que mesmo a distância teve um papel importantíssimo na conclusão deste trabalho, que Deus abençoe você.

À minha grande amiga Sandra Mazzarotto, conquistada no período da faculdade. Por sua amizade e cumplicidade incondicional. Amo-te.

Às minhas Irmãs Jullie e Aline, a minha sobrinha Maria Julia, e a minha tia Rô, que tanto amo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que conspiraram de alguma forma para que eu não realizasse este trabalho, pois só me deram ainda mais força para concluí-lo.

SUMÁRIO

<u>ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS</u>	07
<u>LISTA DE FIGURAS</u>	08
<u>RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS EMPREGADAS</u>	09
<u>RESUMO</u>	11

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Problemática	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Metodologia	15

CAPÍTULO 2

2. REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 A Maricultura em Santa Catarina	16
2.2 Cultivo de Mexilhões	20
2.3 Cultivo de Ostras	23
2.4 Características do Mercado	26
2.5 Incremento no Consumo Regional (Fenaostra)	29

CAPÍTULO 3

3. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MARICULTORES DE SANTA CATARINA (FAMASC)	33
3.1 Parcerias da FAMASC	35
3.2 Missão da FAMASC	36
3.3 Os Projetos Executados pela FAMASC	36
3.4 Entidades Filiadas a FAMASC	37

CAPÍTULO 4

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO	40
4.1 Surgimento do Cooperativismo no Contexto Histórico Mundial	44
4.2 Filosofia Cooperativista Atual	47
4.3 Orientações para se Constituir uma Cooperativa	49

CAPÍTULO 5

5. JUSTIFICATIVAS E ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO DE MOLUSCOS BIVALVES	53
---	-----------

CAPÍTULO 6

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6.1 Conclusão	58
6.2 Recomendações	60
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01 – Público Anual da Fenaostra	30
Gráfico 01 – Evolução da produção de mexilhões em Santa Catarina	22
Gráfico 02 – Evolução da produção de ostras em Santa Catarina	25
Gráfico 03 – Principais formas de consumo de moluscos em Santa Catarina	26
Tabela 02 – Famílias Atendidas pela FAMASC	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mexilhão Perna perna	20
Figura 02 – Sistema de cultivo tipo long – line	21
Figura 03 – Crassostrea gigas	23
Figura 04 – Lanternas de ostras	24
Figura 05 – Instituições participantes da Fenaostra	29
Figura 06 – Pavilhão Fenaostra	31
Figura 07 – Prato oferecido na Fenaostra	32
Figura 08 – Fotografia dos Pioneiros de Rochdale (MANCHESTER, 2003)	45

RELACÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS EMPREGADAS

AABC: Associação dos Aqüicultores de Balneário do Capri
AAGOCER: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
ABAGA: Associação Brasileira da Alta Gastronomia
ABRAq: Associação Brasileira de Aqüicultura
ABRASEL: Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento
ACAq: Associação Catarinense de Aqüicultura
ADS/SC: Agência de Desenvolvimento Solidário/ Santa Catarina
AFLOV: Associação Florianopolitana de Voluntárias
AMAB: Associação dos Maricultores da Babitonga
AMANI: Associação de Maricultores do Norte da Ilha
AMAP: Associação de Maricultores da Penha
AMAPRI: Associação de Maricultores do Capri
AMAp: Associação Municipal de Aqüicultores
AMARIS: Associação dos Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça
AMARIPE: Associação de Maricultores Comunitários do Paulas
AMASI: Associação de Maricultores do Sul da Ilha
ANTEAG: Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas
ASA: Associação Social Arquidiocesana
BB: Banco do Brasil
CECOMASC: Central Cooperativa Comercialização dos Moluscos de Santa Catarina
CEPAGRO: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
COOPERGAN: Cooperativa de Governador Celso Ramos
COOPERMAPE: Cooperativa de Maricultores da Penha
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DESER: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DPA: Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMAPA: Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAMASC: Federação das Associações de Maricultura do Estado de Santa Catarina
FENAOSTRA: Festa Nacional da Gastronomia e da Cultura Açoriana
FETRAF: Federação dos Trabalhadores da Aqüicultura Familiar
FIESC: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEOF: Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
LCMM: Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos
LAMEX: Laboratório de Mexilhões
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESC: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONG: Organização Não Governamental
PACs: Projetos Alternativos Comunitários
PIB: Produto Interno Bruto
SANTUR: Santa Catarina Turismo S.A.
SEAP: Secretária Especial de Aqüicultura e Pesca
SEBRAE: Serviço de Apoio Brasileiro a Micro e Pequenas Empresas
SGA: Sistema de Gestão Ambiental
SIF: Serviço de Inspeção Federal
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UNISUL: Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO

Esta monografia apresenta um atual diagnóstico da maricultura catarinense. Decorrente de um vertiginoso crescimento na última década, porém, a comercialização desses moluscos tem sido um dos maiores entraves para que a maricultura possa se desenvolver de forma sustentável, buscando eliminar os intermediários do setor. Relata também os importantes resultados que a FAMASC obteve nos seus sete anos de trabalho; articulando a produção e possibilitando uma vida mais digna aos seus maricultores. Apresenta também os principais entraves presentes na produção e comercialização destes moluscos. Sendo justificado pela necessidade de um empreendimento pautado na Economia Solidária: Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização dos Moluscos Bivalves. Dando orientações à FAMASC de como constituir a cooperativa, de forma a se preocupar com seu entorno e com o meio ambiente e buscando principalmente construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável, por via da mesma.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Cultivada há décadas em vários países, a maricultura no Brasil é ainda uma atividade econômica muito recente. As primeiras pesquisas sobre o cultivo datam da década de 50, intensificando-se na década de 70 e início dos anos 80. Em Santa Catarina, por iniciativa do Departamento de Pesquisa e Extensão da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, e da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), os primeiros experimentos foram realizados na segunda metade da década de 80. A partir de então, com o trabalho de pesquisadores, técnicos e pescadores das comunidades litorâneas do Estado, a Maricultura passou a ser uma alternativa concreta de geração de renda, possibilitando que muitos dos pescadores artesanais que se viam impelidos a abandonarem sua atividade, e, em muitos casos, a comunidade local permanecessem em seu local de origem.

Ainda que Santa Catarina seja responsável por 95% da produção de moluscos bivalves no contexto nacional, colocando o Brasil na condição de um dos principais produtores latino americanos, juntamente com o Chile - país com tradição na atividade -, em pouco se alterou as tecnologias e cultura de cultivo. São mais de 1.000 famílias produtoras, distribuídas em 11 municípios, produzindo em 2002 - segundo dados da Epagri - mais de 11 mil toneladas/ano de moluscos bivalves. Foi uma evolução significativa, considerando as 120 toneladas de 1989, quando iniciou a comercialização destes produtos no país.

Este quadro é o resultado do trabalho e dedicação de vários segmentos, mas o principal para a gênese, o crescimento e a afirmação da Maricultura no Brasil foi o produtor pescador, que em grande parte é oriundo da pesca artesanal.

É o produtor, que com seus poucos recursos financeiros e materiais, trabalhando com a esposa e/ou filhos, sozinho ou em grupo, compartilhando sonhos e dividindo trabalho e desafios com outros produtores, vem fazendo a Maricultura brasileira ganhar expressão no mercado . Ainda que para muitos a maricultura seja atividade de complemento, para outros se

trata da principal ou única fonte de renda, sobretudo no caso de ex-pescadores artesanais, desempregados e desempregadas de cidades litorâneas brasileiras.

Vale destacar, no entanto, que a maricultura em Santa Catarina vem crescendo a cada ano, seja do ponto de vista das tecnologias e pesquisas, seja pela própria organização do setor produtivo, que tem contribuído preponderantemente para o seu desenvolvimento. A necessidade de negociação e comercialização de forma coletiva é, portanto, a maior deficiência do setor e o foco central deste projeto.

Estamos apresentando a FAMASC, Federação de Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina, a proposta de um plano de negócios, com intuito de elaborar uma rede de comercialização solidária em torno de uma Cooperativa Central de Beneficiamento e Comercialização dos Moluscos, apoiada por pesquisadores e técnicos do movimento sócio-ambiental Design Integral.

Em recente projeto de pesquisa de mercado desenvolvido pela Epagri (2003), aplicado em grandes centros consumidores do país - como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outros -, fica demonstrado que 71% dos pesquisados não são consumidores de moluscos e 18% sequer conhecem os produtos da maricultura. Esta pesquisa evidenciou que se trata de um mercado ocioso que necessita ser mais bem estudado, a fim de instrumentalizar a organização dos produtores catarinenses em ações que viabilizem a comercialização e a logística pensada/executada a partir destes maricultores, possibilitando o empoderamento deste importante elo da cadeia produtiva, objetivando, assim, maiores e melhores resultados para os nossos produtores marinhos.

Para atender esta demanda a FAMASC necessita urgentemente implementar um Plano de Negócios, com o intuito de elaborar uma Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves. Dessa forma, ela poderá atingir maiores proporções no mercado, bem como, melhorar as condições do beneficiamento dos moluscos para facilitar a obtenção do certificado do Serviço de Inspeção Federal.

Estamos convictos que todo o processo de organização dos maricultores da FAMASC necessita de uma organização econômica dos produtores. Esta organização exige um planejamento administrativo e técnico que possibilite aos produtores maior clareza acerca não só dos passos a serem dados, mas, também, e, sobretudo, dos possíveis resultados.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Tendo em vista a necessidade da FAMASC e suas Associações de elaborar, de forma participativa, um Plano de Negócios para criação de uma Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves, com enfoque em economia solidária, este trabalho buscará, através de uma breve investigação sobre a relevância da Maricultura Catarinense para economia do Estado e para as famílias que sobrevivem desta atividade, apresentará a FAMASC orientações para conduzir este empreendimento solidário.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) este trabalho conterà uma breve apresentação sobre a Economia Solidária, o cooperativismo e suas principais filosofias.
- b) dará também todas as orientações burocráticas de como fundar uma Cooperativa, voltadas às particularidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Autogestão;
- c) apresentar em cima de dados e relatos a insuficiência das associações de se gerirem de forma a maximizar suas eficiências e de ganharem mais mercado;
- d) dar toda orientação e informação necessária à criação e implantação da Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves; e
- e) esboçar de forma consciente os benefícios que as Associações obterão ao iniciar o funcionamento da Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves.

1.3 Metodologia

Na realização deste trabalho utilizou-se um conjunto de ferramentas. Com intuito de coletar dados e materiais suficientes para atender o objetivo deste projeto consistiu em traçar um cenário atual sobre a maricultura catarinense, bem como, dar clareza e um leve suporte a FAMASC a elaborar um Plano de Negócios para a criação da Cooperativa Central de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves, sob um enfoque especial, o da Economia Solidária, indicando um tratamento distinto para cada uma das etapas de sua elaboração. Partindo duma atividade que se encontra em andamento e consolidada entre seus agentes principais (os maricultores), propondo desta forma, a potencialização da comercialização e do beneficiamento de seu(s) produto(s).

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 A Maricultura em Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina caracterizou-se a partir da década de 40, como possuidor de um litoral marcadamente pesqueiro, devido a grande migração do setor agrário da época para uma nova vertente pesqueira familiar.

Esta nova sociedade agrário-pesqueira levou à formação de companhias de pesca e a disputa por novas áreas piscosas no litoral (FANTIN & SILVA, 1990). Devido à proliferação destas companhias houve um enfraquecimento destas regiões pesqueiras, surgindo desta forma os chamados pescadores migrantes ou andorinhas. Esses se destinavam para o Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Sul, como mão de obra barata em traineiras, buscando um sonho quase sempre irrealizável de tornarem-se proprietários de redes e barcos. A outra parte do grupo, mais especificadamente os proprietários de redes, adquiriu embarcações motorizadas e a pesca tornou-se sua atividade básica, senão única, realizada dentro de uma organização social de pequena produção originando aí, o chamado pescador artesanal (FANTIN & SILVA, 1990).

Este cenário começou apresentar problemas devido à queda na captura e na redução dos estoques, resultados da ascensão da pesca industrial; a urbanização das praias; a especulação imobiliária, o desrespeito da época de defesa das espécies e a depredação do ecossistema; bem como, a participação do intermediário que absorvia a maior parcela dos lucros, resultando para o pescador artesanal uma simbólica quantia que destinava-se a sobrevivência de sua família.

Surgiu em volta do pescador artesanal um verdadeiro cerco de situações difíceis ao exercício da profissão, devido às alterações do próprio ambiente ou pela ineficácia dos órgãos governamentais em superar os entraves para o desenvolvimento do setor.

Com este quadro de declínio da pesca foi necessária a implantação de novas alternativas de produção e renda para o pescador artesanal e, a exemplo de outros países, Santa Catarina implantou sistemas de cultivos marinhos em meados da década de oitenta. Desta

forma, a maricultura objetiva vir ao encontro dos anseios da categoria pesqueira como fonte de emprego e renda, mas também buscando resgatar suas raízes e mantendo a família pesqueira em sua origem, o mar.

Segundo o trabalho de Ostini & Poli in Hernandez (1990), a maricultura pode ser uma alternativa para pesca artesanal, cujos estoques cada dia vão se exaurindo.

A introdução da ostreicultura ou mitilicultura, poderia ser uma atividade racional de utilização do mar, além de criar inúmeros empregos para a família do pescador, pois esta atividade comporta facilmente a mão de obra da família, tanto de crianças quanto de pessoas idosas. A parte, com esta utilização racional do mar, provavelmente se desenvolveria uma mentalidade protecionista desta reserva o que serviria de pólo de irradiação de uma mentalidade de preservação da qualidade das águas marinhas litorâneas onde seriam realizados os cultivos, preservando indiretamente os outros recursos marinhos renováveis, como o camarão e outras espécies de peixes costeiros.

A maricultura no Brasil é uma atividade recente e o Estado de Santa Catarina destaca-se na produção de mexilhões e ostras. Os resultados apresentados até hoje demonstram o potencial de crescimento da atividade. Atualmente, a produção atende a um mercado regionalizado e sazonal, mas com grande perspectiva de ampliação do seu leque de espécies produzidas, bem como do volume de produção.

Graças a pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Catarina, por volta de 1986, em parceria com um grupo de pescadores da comunidade de Santo Antônio, conseguiu-se uma alternativa para os problemas sócio-econômicos das comunidades pesqueiras, bem como facilitar aos moradores dessas comunidades, mais uma alternativa para o aumento da renda familiar. Devido ao estado de decadência que a pesca encontrava-se neste período no Estado catarinense.

O primeiro laboratório utilizando sementes de ostras foi construído na comunidade de Sambaqui, sendo as mesmas, cultivadas pelos pescadores da comunidade de Santo Antônio de Lisboa. Dois anos mais tarde a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), juntamente com a UFSC desenvolveu o cultivo de mexilhões.

Alguns pescadores artesanais de comunidades pesqueiras de Florianópolis resolveram diversificar suas atividades, escolhendo a maricultura.

Expandindo-se cada vez mais por todo litoral catarinense a introdução do cultivo de mexilhões vem atraindo não somente a população pesqueira, mas também despertando o interesse de outras pessoas que vêem na maricultura uma forma futura que garantirá o sustento de suas famílias.

O aumento do número de novos maricultores que vêm se inserindo na atividade, fez com que em 1995, fosse criada a Associação de Maricultores do Norte e do Sul da ilha (AMANI e AMASI), seguido da inauguração do Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos (LCMM), localizado na Barra da Lagoa, tornando-se um complemento do laboratório já existente em Sambaqui.

O LCMM é responsável pela produção de sementes da ostra de origem japonesa (*Crassostrea gigas*), tendo também um estudo à produção de sementes da ostra nativa (*Crassostrea risophorae*). Sendo assim, a maricultura - cultivo de ostras e mariscos – tem sido uma boa opção para os pescadores catarinenses que decidem diversificar suas atividades, devido a sua grande projeção no cenário nacional.

A maricultura é um ramo da aqüicultura dedicada ao cultivo de espécies marinhas, nas quais podem ser: mexilhões (mitilicultura), ostras (ostreicultura), camarões (carcinicultura), outros moluscos (como vieiras e berbigões) e crustáceos (como siri e caranguejos), (GRAMKOW, 2002).

Atualmente o Estado de Santa Catarina é o maior produtor de moluscos marinhos do Brasil, atingindo a marca de 90 % da produção nacional, propiciado pelo seu fértil terreno. Além de apresentar condições climáticas e ambientais favoráveis e um litoral bastante recortado, com baías abrigadas, sendo favorecidos também pela pesquisa e extensão universitárias representando um fator importantíssimo no processo de crescimento dessa atividade.

Sendo os municípios de Palhoça, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Bombinhas, Penha e São Francisco do Sul os principais responsáveis pelos maiores índices de produção do estado. São 1.200 famílias produtoras, distribuídas em 13 municípios, envolvendo indiretamente mais de 15 mil pessoas, produzindo 11 mil toneladas ano de moluscos bivalves, uma evolução significativa, considerando as 120 toneladas de 1989, quando iniciou a comercialização desses produtos no país.

As condições favoráveis de temperatura das águas e baías abrigadas também fazem com que o estado se destaque na produção de ostras do pacífico (*Crassostrea gigas*) e mexilhões (*Perna perna*). Para estes, os imensos bancos naturais de sementes espalhadas por toda a costa rochosa do litoral catarinense são pontos favoráveis.

Existe um entrave que não pode passar despercebido. As várias transformações que foram constatadas na estrutura econômica do Ribeirão da Ilha levaram Machado (2002) a questionar quais alterações ambientais que poderiam afetar o desempenho da atividade. O principal problema constatado foram os despejos de esgoto bruto no mar.

A inexistência de um sistema coletivo de coleta e tratamento de esgotos pode agravar ou causar problemas sérios de saúde, principalmente para a população consumidora de moluscos. Essa ausência associada ao aumento crescente do número de residências, interfere no ecossistema, ocasionando impactos negativos para atividades que produzem renda, principalmente aquelas ligadas ao turismo e Maricultura na região. Desta forma as associações juntamente com a FAMASC devem solicitar parcerias junto a entidades governamentais com intuito de sanar ou amenizar este possível problema, garantindo o sucesso da atividade.

O sucesso obtido pelo cultivo de moluscos em Santa Catarina pode ser entendido de acordo com os seguintes fatores:

- } Fator biológico: encontro e disponibilidade de espécies potenciais, no caso, mexilhão e a ostra do pacífico;
- } Fator ambiental: condições geomorfológicas da região costeira favorável com a formação de baías e enseadas, com águas calmas, e condições oceanográficas adequadas com influências de correntes frias,
- } Fator humano: uma cultura marítima extremamente forte e enraizada. Há um vínculo com o mar trazido pelos primeiros colonizadores, facilitando o desenvolvimento da atividade em todo o litoral;
- } Fator tecnológico: dois diferentes grupos de pesquisa dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado (EPAGRI) realizam trabalhos há mais de 10 anos, visando o desenvolvimento desta atividade.

2.2 Cultivo de Mexilhões

De acordo com Gramkow (2002), a mitilicultura tornou-se a principal fonte de renda das comunidades pesqueiras, devido a forte expansão do número de produtores e produtos comercializados.

Atualmente, Santa Catarina lidera nacionalmente a produção de moluscos marinhos e destaca-se como o maior produtor de mexilhões de cultivo da América Latina.

A espécie de mexilhões cultivada em Santa Catarina é a Perna perna, e são popularmente conhecidos por “mariscos” devido a sua fácil adaptação aos ambientes produtivos, apresentando uma taxa de crescimento maior durante a primavera e o verão, atingindo o tamanho comercial entre o sétimo e nono mês de cultivo (de 7 a 8cm).

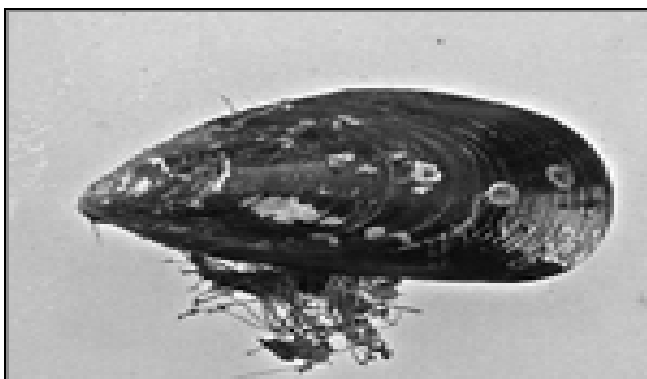


Figura 1: Mexilhão Perna perna

Segundo Amorim (2005) no início da atividade, as sementes para o cultivo de mexilhões eram retiradas dos costões; por tornar-se uma atividade predatória foi proibida. Atualmente, as sementes podem ser obtidas através de coletores ou durante a retirada das cordas ou pencas do cultivo. Quando estão no tamanho certo para comercialização, as cordas são trazidas para praia e então é feito o desmanche ou “despenca”. Onde os mexilhões que ainda não atingiram o tamanho ideal para comercialização retornam ao cultivo.

Existem três tipos de sistemas de produção para os mexilhões, o sistema long-line (3) ou espindel, o sistema em balsas e o sistema suspenso- fixo:

- a) Sistema Long-line: adequado para regiões mais profundas, isto é, superiores a 3 metros de profundidade. Construído de cabos ou grossas cordas dispostas na superfície da água e fixadas nas extremidades, por âncoras ou portas de concreto, comporta ao longo das cordas, bobonas plásticas que funcionam como flutuadores para segurar as cordas de mexilhões que ficam penduradas às cordas de cultivo.



Figura 2: Sistema de cultivo tipo long-line.

b) Sistema de cultivo em balsas: onde as balsas são construídas com diversos materiais como bambu ou barras de alumínio, na estrutura de armação. São recomendados para locais protegidos com profundidades superiores a 4 metros. Como flutuadores pode-se usar isopor e bobonas plásticas. Para a balsa apresentar uma maior vida útil o ideal é que a estrutura de armação permaneça fora da água. O sistema de fundeio da balsa é feito por quatro cabos ligados às pontas.

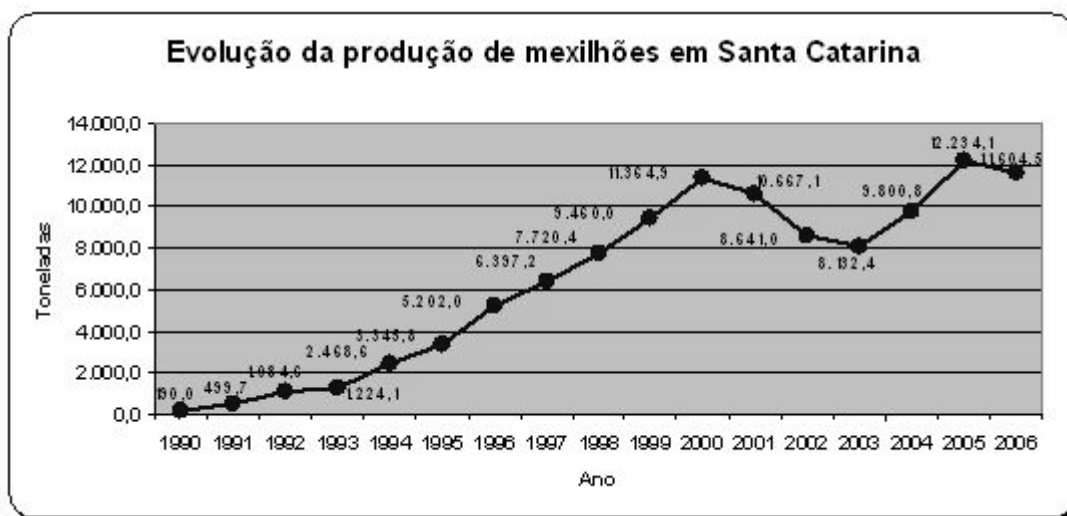
c) Sistema suspendo-fixo: o material usado para a construção destas estruturas pode ser o bambu, pelo seu baixo custo. Entretanto, esse material possui uma durabilidade baixa, entre 6 a 8 meses, o que torna necessário a sua periódica substituição.

De acordo com Gramkow (2002) o processamento das ostras e mexilhões costuma ser realizado em ranchos de pescadores, constituindo na lavagem e no desconchamento manual dos

moluscos em estruturas artesanais que, em geral, não apresentam condições físicas e de higiene ideais para assegurar a qualidade dos moluscos para a comercialização.

O mexilhão é vendido *in natura* (com concha) ou desconchado (miolo sem concha) sendo que sua grande maioria é comercializada desconchados, cabendo aos estabelecimentos as diferentes formas de preparo e apresentação.

Gráfico 01. Evolução da produção de mexilhões em Santa Catarina



Fonte: EPAGRI, 2007

Conforme podemos constatar no Gráfico 1, o desempenho negativo da mitilicultura no Estado de Santa Catarina do ano 2005 para o ano 2006.

A produção de mexilhões em Santa Catarina em 2006 foi de 11.604,5 toneladas, representando uma queda de 5,15% em relação a 2005.

Os municípios que mais contribuíram para este quadro negativo, em valores relativos, foram: São Francisco do Sul com uma queda de 43,75 %, Florianópolis e Governador Celso Ramos com quedas de 33,68 % e 16,08 %, respectivamente. Considerando os volumes de produção total, os destaques em 2006 ficaram por conta dos municípios de Palhoça com 42,05% da produção estadual, seguido de Penha com 18,95% e Gov. Celso Ramos com 10,77%.

2.3 Cultivo de Ostras

De acordo com o IGEOF (Instituto de Geração de Oportunidade de Florianópolis) atualmente o Estado destaca-se como o maior produtor nacional de ostra, detendo cerca de 90% da produção total do país.

A ostreicultura encontrou nas baías da ilha de Santa Catarina o ambiente ideal para se desenvolver e transformar a Cidade de Florianópolis na Capital Nacional da Ostra.

Com núcleos de produção em Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa, ao norte, e no Ribeirão da Ilha e áreas próximas, ao sul, a capital catarinense é a maior produtora de ostras do Brasil. Atualmente, Florianópolis responde sozinha por mais de 1 milhão de dúzias, ou seja, 80% da produção nacional.

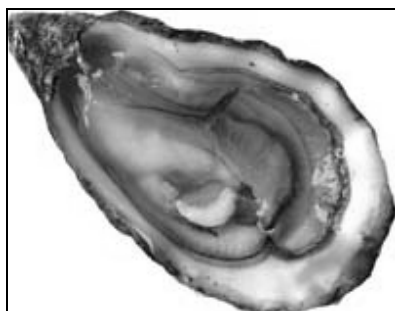


Figura 3: *Crassostrea gigas*

As ostras são cultivadas em coletores, chamados de lanternas e são manejadas semanalmente, onde são separadas por tamanho e lavadas com a própria água do mar para a retirada de outros organismos aquáticos que venham a prejudicar o seu desenvolvimento.

Segundo Gramkow (2002), os métodos comumente utilizados para remoção destes organismos que podem prejudicar o seu crescimento e desenvolvimento, como predadores e competidores, consiste na imersão em água doce, exposição ao ar livre e ao sol, transporte para locais com menor incidência de organismos e remoção manual e mecânica durante o manejo do cultivo.

O cultivo de ostra pode ser dividido em três fases: inicial, intermediária e final e de engorda.

A fase inicial do cultivo das ostras acontece com a produção das sementes, realizada em laboratórios (LCMM). As sementes só podem ser vendidas quando atingirem de 5 a 15 mm. São vendidas aos produtores da comunidade aos milheiros.

Nesta fase inicial as ostras são colocadas no interior das lanternas, que são redes cilíndricas de 60 cm, com 8 a 10 andares, numa média de 1000 sementes por andar, separadas entre si a cada 20 cm. A lanterna é revestida por malhas de abertura de 2 a 5 mm.

A limpeza das lanternas acontece semanalmente, através de lavagens com a própria água do mar, os jatos de água auxiliam na retirada de predadores, para que os mesmo não prejudiquem o crescimento das ostras.

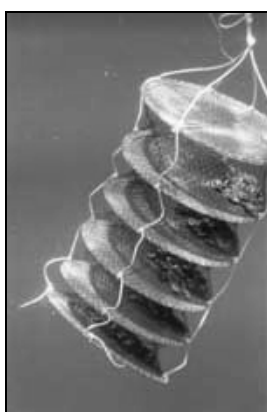


Figura 4: Lanternas de ostras

Com auxílio de uma peneira, as ostras são retiradas das lanternas e separadas por tamanhos, sendo que as maiores passam para fase intermediária e as menores, permanecem nas lanternas da fase inicial.

Na fase intermediária, as ostras possuem um tamanho de 20 a 30 mm, sendo retiradas das malhas de 2 a 5 mm passando para malhas com aberturas de 5 a 8 mm. Dentro de um período de 30 dias é realizado um novo peneiramento, sendo que as ostras que atingiram um tamanho de 40 mm passam para fase final do cultivo. Com malhas de 12 a 18 mm, numa densidade de 150 ostras por andar, a fase da engorda dura entorno de 4 a 6 meses. Nesta fase, as ostras são manejadas de 30 em 30 dias, sendo que através de seus tamanhos, a densidade

diminui para 100 a 50 ostras por andar em suas lanternas. Para as ostras atingirem seu tamanho comercial de 8 cm, é necessário um período de cultivo de 8 meses.

Gráfico 02. Evolução da produção de ostras em Santa Catarina



Fonte: EPAGRI, 2007

Como mostra o Gráfico 02, ao contrário da mitilicultura (cultivo de mexilhões), a produção de ostras na safra de 2006 apresentou um crescimento de 62,36%, passando das 1.941,6 toneladas registradas em 2005, para 3.152,4 toneladas na última safra. Com este desempenho, a produção de ostras retoma a taxa de crescimento médio de 25%, verificada em, 2003 e 2004.

Os municípios que mais contribuíram para esse crescimento foram: Florianópolis, com um volume de 559,61 toneladas a mais que o do ano passado, seguido por Palhoça e São José, com aumento nos volumes de produção da ordem de 550 e 85 toneladas, respectivamente.

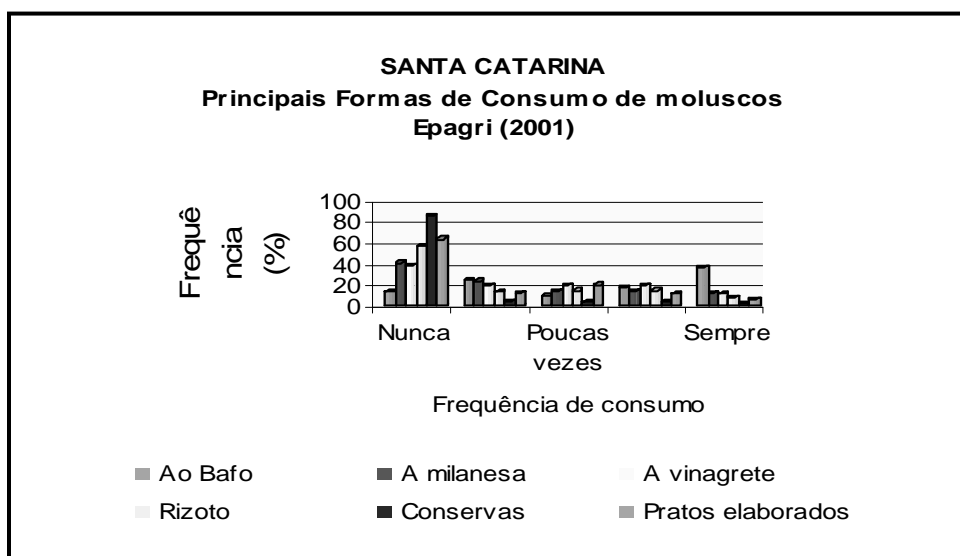
Em valores relativos, os municípios que mais se destacaram na produção de ostras em 2006 foram: Biguaçu com um crescimento de 343,35 %, São José com 130 %, Palhoça 78,57 % e Porto Belo com um crescimento de 60 % em relação a 2005. Os municípios de Florianópolis e Palhoça apresentaram os maiores volumes de produção de ostras, em relação aos demais municípios produtores. Juntos eles produziram 90,91% da produção estadual.

2.4 Características do Mercado

Em um recente projeto de pesquisa desenvolvido pela Epagri em 2003, aplicado em grandes centros consumidores do país – como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outros – ficou demonstrado que 71% dos pesquisados não são consumidores de moluscos e 18% sequer conheciam os produtos da maricultura.

Esta pesquisa evidenciou que se trata de um mercado ocioso que necessita ser melhor estudado, a fim de instrumentalizar a organização dos produtores catarinenses, viabilizando a comercialização e a logística pensada/executada a partir destes maricultores, possibilitando o fortalecimento deste importante elo da cadeia produtiva, objetivando, assim, maiores e melhores resultados para os nossos produtores marinhos.

Gráfico 03. Principais formas de consumo de moluscos em Santa Catarina



Como podemos observar no Gráfico 03 o consumo de moluscos em Santa Catarina dá-se com maior frequência de forma pouco elaborada, ou seja, ao bafo, que consiste no cozimento dos moluscos com casca, sem nenhum refinamento.

O cultivo de ostras e mexilhões em Santa Catarina é desenvolvido artesanalmente por pescadores e micro empresas. A produção, na sua grande maioria, é comercializada *in natura* no mercado local (mercado público, peixarias, restaurantes e consumidores final), no mercado

regional (litoral catarinense), e somente uma pequena parcela é comercializada no mercado nacional, devido às limitações impostas pela distância (conservação) e pela necessidade do S.I.F. - Serviço de Inspeção Federal.

Segundo Custódio (2005) o processamento dos moluscos pode ser feito de diversas maneiras, apesar de não haver processos complexos para esse fim. No caso das ostras, são poucos os subprodutos encontrados no Brasil, no entanto já existem algumas experiências com ostras defumadas em conservas. Dessa forma, é observado que sua comercialização, em geral acontece com a casca, ou seja, *in natura*, onde o único beneficiamento realizado é o empacotamento em embalagens de isopor. Já o mexilhão pode ser vendido tanto na forma *in natura*, quanto com algum tipo de processamento, principalmente desconchando e embalando. Há também inovações, como pratos feitos com este molusco.

Atualmente estão sendo desenvolvidas unidades de beneficiamento de moluscos através das associações de maricultores e ostreicultores, buscando a obtenção do selo do S.I.F concedido pelo Ministério da Agricultura.

Entretanto, a capacidade de armazenagem e estocagem dos moluscos oriundos de cultivo ainda é muito limitada, pois apenas uma parcela muito pequena da produção tem sido beneficiada. A tendência é de se promover o crescimento da capacidade de armazenamento e estocagem destes produtos, buscando adequá-los aos novos processos de beneficiamento, garantindo a qualidade que o mercado exige.

Isto pode ser realizado através da utilização de moluscos na elaboração de novos produtos, pela diversificação das formas de processamento, conferindo características organolépticas mais aceitáveis pelo consumidor. As novas tecnologias propostas permitem a elaboração de grande variedade de produtos, fazendo analogia àqueles elaborados com a carne bovina/suína/aves, ou seja, produzidos na forma empanada, marinada, defumada, dentre outras. A apresentação das ostras que se destinam ao consumo *in natura* na forma semi-desconchada e congelada proporcionaria qualidade e praticidade, além de preservar as qualidades organolépticas do produto.

Uma das grandes vantagens em processar estes produtos é poder apresentá-los de forma melhor aceita que a tradicional, atingindo um mercado atualmente fechado ao produto na sua forma tradicional, o mercado institucional (cozinhas industriais), restaurantes, lanchonetes, etc.

Buscando avaliar a potencialidade do consumo de produtos processados a base de ostras e mexilhões junto ao mercado consumidor, uma série de entrevistas foi efetuada por pesquisadores do Departamento de Ciências e Tecnologia da UFSC junto a clientes de alguns supermercados da Grande Florianópolis, e donos de restaurantes.

Supermercados, principalmente aqueles que trabalham com produtos sofisticados, demonstraram interesse em adquirir o produto, uma vez que julgaram haver mercado para o produto junto às camadas de maior poder aquisitivo e clientes que prezam o paladar sofisticado e saudável.

O mercado institucional, principalmente os restaurantes, demonstrou interesse em adquirir o produto, já que possibilitaria maior variedade e praticidade na elaboração de seus pratos. Apontam como fator relevante, o fato destes produtos poderem substituir produtos importados, podendo ser adquiridos a preços mais acessíveis, e permitindo a elaboração de um vasto elenco de pratos servidos, voltados e atender clientes de alto poder aquisitivo de paladar requintado.

Considerando-se as principais características do produto, o mercado institucional e a venda em supermercados, lojas de conveniências, peixarias e mercados parece ser de fácil penetração. Pode ainda procurar conquistar parcelas de mercado existentes em outros estados, cujo padrão de vida e grande fluxo de turistas ofereçam grande demanda a este tipo de produto.

O uso de novas tecnologias permite que cada vez mais os produtos marinhos sejam diversificados, acompanhando as tendências mundiais de comidas prontas e de fácil preparo.

Uma das grandes vantagens em processar estes produtos é de se poder apresentá-lo de forma mais convidativa que a tradicional, não exigindo, por exemplo, a difícil tarefa de desconchamento da ostra ainda crua, além de permitir estoque por tempo mais prolongado, dando flexibilidade ao seu consumo, atingindo-se com isso um mercado atualmente fechado ao produto na sua forma tradicional, o mercado doméstico.

2.5 Incremento no Consumo Regional (Fenaostra)

A ampliação do mercado para os produtos da maricultura é um dos desafios para o crescimento da atividade. Com o intuito de abrir novos mercados para a ostra, difundir um novo hábito de consumo, divulgar a cultura açoriana, bem como transformar esse produto em símbolo da cidade, a Prefeitura de Florianópolis criou a Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana – Fenaostra. O evento anual reúne em um mesmo espaço atividades técnico-científicas, culturais, comerciais e gastronômicas.

Durante a Fenaostra, que ocorre no mês de outubro, os produtores vendem diretamente aos consumidores, nos estandes da Associação de Maricultores do Sul da Ilha (Amasi) e da Associação de Maricultores do Norte da Ilha (Amani), ou para os restaurantes que participam da Festa, o que gera um aquecimento do mercado.

A Festa mobiliza o mercado local e divulga o produto no mercado nacional. O evento reúne instituições importantes para o desenvolvimento da maricultura.



Figura 5: Instituições participantes da Fenaostra.

A comissão organizadora e as instituições parceiras conveniadas são significativas para a atividade. Entre essas instituições estão a Associação Catarinense de Aqüicultura (ACAq), a Associação Florianopolitana de Voluntárias (Aflov), a Associação Brasileira da Alta Gastronomia (Abaga), a Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (Abrasel), a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), o Banco do Brasil, a Epagri e as Associações de Maricultores do Sul da Ilha (Amasi) e do Norte da Ilha (Amani) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na primeira edição da Fenaostra, em 1999, foram consumidas 9,5 mil dúzias de ostras durante a festa, o que corresponde a 9,5 toneladas. Na edição de 2006 esse número teve um incremento de 831%, representando um consumo de 79 mil dúzias do molusco, ou 79 toneladas. Já em relação ao público o incremento foi de 940%, passando de 15 mil pessoas em 1999 para 141 mil visitantes na oitava edição do evento. A cada ano, a Festa recebe um número maior de visitantes, tanto de Santa Catarina, como de outros estados.

Tabela 01: Público Anual da Fenaostra

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	19.034	44.438	58.081	81.809	89.897	101.203	141.022

Fonte: Dados IGEOF

É importante considerar, conforme podemos visualizar na tabela, o incremento a cada realização anual da Fenaostra, que gera impacto direto na produção e no consumo de ostras, ampliando o mercado interno.

A Festa proporcionou, desde a sua primeira edição, a criação do hábito de consumo da ostra, estimulou a gastronomia local e o aparecimento de muitos restaurantes, além de promover as culturas tradicionais da ilha, incrementando o turismo e a vinculação da ostra à cidade de Florianópolis.



Figura 6: Pavilhão Fenaostra

A maricultura também gerou uma contrapartida positiva ao meio ambiente, pois estimulou a consciência ecológica das comunidades e a preservação do meio ambiente.

Os produtores hoje são conscientes da importância de não poluir as águas, que antes serviam como depósito de lixo e esgoto. Atualmente, os próprios maricultores fiscalizam as áreas de cultivo, chamando a atenção de quem polui o mar, pois a poluição prejudica a produção de ostras. Por outro lado, as áreas de cultivo se tornaram um atrativo da biodiversidade marinha, um refúgio natural que repovoa as baías e as costas litorâneas.

Outros reflexos da atividade de maricultura ocorreram no turismo e no desenvolvimento da estrutura das comunidades litorâneas, como o caso da comunidade do Ribeirão da Ilha. Antigamente o turista que visitava Florianópolis vinha apenas para conhecer as praias e comer camarão. Hoje esse turista pode conhecer os vários restaurantes e pousadas do Ribeirão da Ilha, que foram impulsionados pela grande proporção que atingiu a maricultura na região.



Figura 7: Prato oferecido na Fenaostra.

A figura 7 representa um dos pratos de maior sucesso da Fenaostra, a ostra gratinada, pois representa um prato muito saboroso e muito requintado.

3. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MARICULTORES DE SANTA CATARINA (FAMASC)

De acordo com Amorim (2005) a Federação de Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina é uma entidade de segundo grau que congrega as Associações de maricultores do Estado, única do gênero no País.

A Federação foi constituída a partir do primeiro encontro das Associações de maricultores na cidade de Penha, em agosto de 1998. Neste encontro foi proposta pela AAGOCER (Associação de Aqüicultores de Governador Celso Ramos), a formação de uma entidade a nível estadual que atendesse aos interesses dos maricultores.

Após processo de votação, com 98% de aprovação, foi constituído uma comissão com dois membros pertencentes de cada Associação, para iniciar um processo de visita e discussão do estatuto nas Associações. Por um período de um ano foi realizado o trabalho com as Associações e constituída de direito a FAMASC em 24/08/1999.

Foi a partir do decreto n. ° 4.895 de 25/11/2003, na 1.º Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, no início da primeira administração do Presidente Lula, que a FAMASC saiu da clandestinidade. Este decreto deu concessão de uso das águas públicas, ocorrendo desta forma a legalização dos produtores. Outro ponto importante foi a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), fato marcante para todo o setor.

Segundo Amorim (2005) a Federação caracteriza-se por ser um fruto de um extenso processo de discussão entre as associações de maricultores de Santa Catarina. Foi devido a falta de uma instituição que representasse as necessidades e demandas comuns presentes nas associações de maricultores que a FAMASC então foi criada de baixo para cima, ou seja, pela vontade de representação dos próprios maricultores associados.

Os membros participantes das associações e cadastrados na FAMASC defendem uma filosofia em comum: viver em harmonia com seu meio-ambiente, não explorar os outros trabalhadores, respeitar-se mutuamente e praticar a solidariedade em seu cotidiano. Esse pensamento comum tem levado os maricultores catarinenses a reforçar cada vez mais suas Associações e optar pelo cooperativismo como alternativa de organização econômica. Tão logo foi criada, a FAMASC optou também por participar do Fórum Catarinense de Economia Solidária, do qual ela é membro fundador (criado na UFSC em maio de 2000).

Não podemos deixar de ressaltar que a FAMASC possui um enfoque especial, ou seja, pertence à vertente da Economia Solidária. Segundo o economista Paul Singer (2002, p. 26) autor de inúmeras obras tratando sob o tema economia solidária:

“O principal instrumento da chamada "economia solidária" tem sido a empresa cooperativa, que consiste em um agrupamento de indivíduos para exercer uma atividade econômica de forma autogestionária. Em outras palavras, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter patrões. Uma cooperativa não visa ao lucro: todos os participantes são sócios e têm direito a voto nas decisões e nas eleições de sua diretoria. Além disso, não existe o vínculo empregatício – os ganhos são repartidos de forma igualitária e não existe a figura do dono dos meios de produção.

O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios. Ela busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os povos.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

Este novo enfoque econômico é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Os resultados destes sete anos de trabalho é o fortalecimento da articulação dos produtores em torno das Associações que compõe a FAMASC, e, por conseguinte, da própria FAMASC, bem como a determinação destes de se apropriarem de instrumentos adequados de comercialização coletiva, passando, desta forma, pela constituição da Central Cooperativa Comercialização dos Moluscos de Santa Catarina (CECOMASC).

Esta Central foi constituída de fato em 11/04/2006, com a participação de produtores de todo o estado, sendo que os produtores das cidades de São Francisco do Sul e Palhoça incorporam-se a Cooperativa de Governador Celso Ramos, para não ficarem de fora do processo. A Central é formada pela Cooperilha (Cooperativa Aquícola da Ilha de Santa Catarina), Coopermape (Cooperativa de Maricultores da Penha) e Coopergan (Cooperativa de Governador Celso Ramos). Está formada uma comissão de duas pessoas de cada cidade, portanto 10 pessoas e uma coordenação que ficou a cargo da FAMASC. Esta comissão tem encaminhado as questões legais para a legalização da Central e funcionamento da mesma, porém não estão conseguindo viabilizar este projeto por falta de empenho, excesso de burocracia e falta de comprometimento das cooperativas que pretendem fazer parte desta Central, inviabilizando o começo das atividades.

É neste sentido que a FAMASC, Federação de Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina apresenta então a proposta de encaminhamento para a formação de uma rede de comercialização solidária em torno de uma Cooperativa Central de Beneficiamento e Comercialização dos Moluscos Bivalves, apoiada por pesquisadores e técnicos do movimento sócio-ambiental Design Integral, do Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária da UFSC (NESOL), e da ADS, Agência de Desenvolvimento Solidário e da CUT, Central Única dos Trabalhadores. Com a intenção de articular a comercialização da produção de todas as associações membros da FAMASC, bem como, se comprometendo a sanar os gargalos existentes no setor da maricultura catarinense, não poupando esforços para solucioná-los.

3.1 Parcerias da FAMASC

A busca da FAMASC por parcerias com instituições governamentais e universidades resultou nos chamados “Parceiros de Lula”, assim por terem acompanhado todo o processo de formação política da Federação. São eles:

- } CEPAGRO/UFSC (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo);
- } ADS/SC (Agência de Desenvolvimento Solidário/ Santa Catarina);

- ‖ CUT (Central Única dos Trabalhadores),
- ‖ FETRAF Sul (Federação dos Trabalhadores da Aqüicultura Familiar);
- ‖ UNIVALI/ Penha (Universidade do Vale do Itajaí);
- ‖ DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais);
- ‖ ASA/Florianópolis (Associação Social Arquidiocesana).

3.2 Missão da FAMASC

A missão da FAMASC é promover e defender os interesses dos maricultores na luta por melhores condições de vida, trabalho e renda; bem como, na construção de um desenvolvimento sustentável e solidário para a maricultura catarinense. Seu objetivo maior é garantir a permanência dos maricultores familiares em seu habitat natural, o mar.

A Federação possui ainda objetivos como:

- ‖ solidariedade como filosofia: reforçando as associações e inserção do cooperativismo;
- ‖ capacitação como meta: formação e capacitação política e técnica dos maricultores;
- ‖ busca de uma sociedade diferente e melhor: modelo de desenvolvimento que priorize o ser humano;
- ‖ comunhão com o meio-ambiente: busca de parcerias com instituições governamentais e universidades para monitoramento e controle das áreas de cultivo.

3.3 Os Projetos Executados pela FAMASC

No decorrer de sua existência a Federação realizou os seguintes projetos:

Ano de 2002:

- ‖ Mapeamento das áreas de cultivo para as Associações e discussão sobre a extração de sementes nos costões – MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário);

} Capacitação e intercâmbio com produtores das associações – PRONA/DESER – MDA.

Ano de 2003:

} Maricultura sustentável, visando o aproveitamento dos resíduos sólidos do mar através do artesanato. Foi um projeto voltado para mulheres e jovens envolvidos com a maricultura e comunidades ribeirinhas – SEAP/P.R, dentro deste Projeto a FAMASC realizou cursos locais (artesanato com conchas, pintura em conchas e embalagens) e regionais (cooperativismo, comunicação e formação de lideranças). O curso de artesanato em conchas foi dividido em três temas: educação ambiental, resgate da auto-estima e prática em confecção com conchas.

Ano de 2004:

} Miticultura catarinense, visando a instalação de coletores artificiais para sementes de mexilhões, a capacitação e formação de produtores e a continuidade do projeto Maricultura Sustentável – SEAP/PR.

Ano de 2006

} Constituição da Central Cooperativa Comercialização dos Moluscos de Santa Catarina (CECOMASC). Com objetivo próprio foi constituída de fato em 11/04/2006, com a participação de produtores de todo o estado. Com intuito de melhorar a comercialização da produção.

3.4 Entidades Filiadas a FAMASC

A FAMASC possui 11 associações filiadas, sendo que uma delas é exclusiva do gênero feminino é a primeira formada assim no Brasil, fruto da discussão de inclusão social que a instituição faz em todo o litoral catarinense. São elas:

Florianópolis

AMAQUAI - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES MARICULTORAS E AMBIENTALISTAS DA ILHA

AMASI - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DO SUL DA ILHA

AMANI - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DO NORTE DA ILHA

Palhoça

AMARIS - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DO TRABALHO FAMILIAR DO MUNICIPIO DE PALHOÇA

Governador Celso Ramos

AAGOCER - ASSOCIAÇÃO DE AQUICULTORES DE GOV. CELSO RAMOS

Penha

AMAP - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DE PENHA

São Francisco do Sul

AMAPRI - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DO CAPRI

AABC - ASSOCIAÇÃO DE AQUICULTORES DO BALNEARIO DO CAPRI

AMARIPE - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DO IPEROBA

AMACOP - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DO BAIRRO COMUNITÁRIO DO PAULAS

Jaguaruna

AMALAC - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES DA LAGOA DO CAMACHO

Desta forma, traçando um panorama mais específico podemos apresentar o seguinte quadro aproximado das famílias de maricultores filiadas a FAMASC:

Tabela 02 – Famílias Atendidas pela FAMASC

Local/ Município	Nº de famílias dos maricultores
Florianópolis	130
Governador Celso Ramos	35
Jaguaruna	20
Penha	65
Palhoça	20
São Francisco do Sul	130
Total	400

Fonte: Dados concedidos pela FAMASC.

A Tabela 02 mostra o importante papel que a maricultura possui no Estado, pois são ao total 400 famílias, em torno de 1.200 pessoas desenvolvendo uma atividade rentável e se sentindo mais dignas, articuladas por suas associações e pela FAMASC.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

Os princípios básicos do modelo de produção capitalista são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A economia solidária é outro modo de produção, e seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para Singer (2002), o resultado natural é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária não deve ser vista como uma panacéia. De acordo com Singer (2000), ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do capitalismo: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação, mas não eliminação destes mecanismos pela estruturação de relações solidárias entre produtores e entre consumidores.

Segundo Sachs (2003), a economia solidária assume diferentes formas no Brasil. Uma classificação lógica toma por critério a finalidade do empreendimento solidário, sendo considerados empreendimentos que geram trabalho e renda aos seus membros de forma democrática e coletiva. A forma mais comum de unidade de produção dentro da economia solidária, na qual todos os membros tomam parte numa divisão técnica do trabalho que eles mesmos determinam, é a cooperativa. Entretanto, é importante realçar que as cooperativas não esgotam todo o largo campo da economia solidária, a qual abrange também os círculos de troca com ou sem moeda social, sistemas financeiros solidários, formas de consumo responsável, etc. Inclusive, para McKinsey e Ashoka (2001), bem como para Armando Lisboa (conforme notas de aula), o terceiro setor, que designa organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária e que atuam na área social visando à solução de problemas sociais, também pode ser incluído, no limite, dentro do largo campo da economia solidária.

Já Veiga & Rech (2001) entendem que a economia solidária demanda políticas públicas criativas e uma sociedade civil autônoma e inovadora que gere um subsistema dirigido às necessidades sociais mais amplas e não ao imperativo da lucratividade como

primeiro indicador de sucesso. Isto ainda implica numa nova cultura ultrapassando, portanto, os limites da economia como é entendida pelos economistas. Necessitando colocar a centralidade do trabalho para restaurar a dignidade, os laços de sociabilidade e identidade da maioria da população.

Existem inúmeros exemplos cooperativos de produção industrial (que muitas vezes sucedem empresas capitalistas em crise ou falidas), de cooperativas agropecuárias (como em assentamentos de reforma agrária), e cooperativas de consumo. Sachs (2003) também explica que podem ser cooperativas ou associações formadas por produtores independentes que, trabalhando em seus próprios locais, com seus próprios meios de produção, compram e vendem em comum. São chamadas cooperativas de comercialização, as quais também podem prestar outros serviços aos seus membros. Fazem parte desse grupo as cooperativas agrícolas, as cooperativas de catadores de material reciclável, cooperativas de médicos, taxistas, farmácias, etc. É nesta categoria que inserimos a experiência que está sendo gestada pela FAMASC.

O projeto cooperativo é antigo, ele foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial. A economia solidária desperta entusiasmo ao resgatar a dignidade humana, o respeito próprio e a cidadania de homens e mulheres. Essa forma de luta contra o desemprego tem a prática da solidariedade em lugar da competição.

O Cooperativismo e outras formas associativas que compõem a Economia Solidária ressurgem como grande esperança para muitos trabalhadores deixados à margem do mercado formal. É a própria população excluída, aliada a setores comprometidos da sociedade, nos quais despontam a Universidade Pública e os Sindicatos, que defendem o direito ao trabalho e à renda. Nesse contexto revigoram-se os empreendimentos coletivos com vistas à autogestão. Como exemplo, temos as Cooperativas Populares e /ou de trabalho, um dos canais de acesso do trabalhador desempregado ao mercado, emergindo como uma das vertentes da Economia Solidária.

Segundo Pinto (2005) a marca dessas iniciativas é a geração de trabalho e renda através da cooperação, aproveitando-se das redes locais e da vizinhança. A perspectiva de integrar recursos existentes no próprio território é cada vez mais percebida como estratégia de sobrevivência e mesmo de criação de novas oportunidades tendo como exemplo os grupos de compras coletivas, de serviços gerais e de produção em segmento como os de confecção,

artesanato e alimentação. Essas práticas se reproduzem igualmente em pequenos e médios municípios, marcados pela fragilidade econômica-financeira e pela persistência de vínculos sociais fortes, caso presenciado com os maricultores que querem poder desenvolver sua atividade no seu local de origem.

Afirma Veiga (2001) que o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões social, econômica e cultural, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais eqüitativa, democrática e sustentável.

Vieira (2005) considera que o ideal do cooperativismo se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do objetivo. Procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da sociedade econômica, é, portanto, uma forma alternativa de pensar, realizar o trabalho e coordenar a economia.

Na empresa capitalista, os empregados competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Nas cooperativas ocorre o contrário. Assim, defende Singer (2000), a confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade, não há possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros.

Alicerçado sobre os valores da eqüidade e solidariedade, o cooperativismo pressupõe o desempenho de papel econômico e social. Embora várias pesquisas tenham demonstrado que, ao longo da história, os princípios cooperativos têm sido interpretados de formas diferentes, dado o contexto cultural, social e econômico no qual se inserem as organizações cooperativas, inclusive sendo violados pelo antigo cooperativismo, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) e a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) formalmente trabalham com os princípios cooperativos, afirmando sua validade geral e universal.

As cooperativas são uma realidade em todo o mundo e cada vez mais se fortalecem como forma de organização econômica e social que objetiva a justiça social através da diminuição das desigualdades entre os homens.

Embora o associativismo tenha sua origem nos primórdios da humanidade, desde a pré-história, quando o homem era um caçador e coletador de frutos e raízes, apenas no Século XIX, na Inglaterra, surgiu a primeira cooperativa, precursora do modelo atual de cooperativismo.

Cooperativa representa uma sociedade de natureza civil, formada no Brasil por no mínimo 20 pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da valoração dos serviços que presta a seus próprios associados e usuários.

Estas pessoas se unem voluntariamente para satisfazer necessidades, aspirações e interesses econômicos, por intermédio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida, com o objetivo de gerar trabalho e renda aos seus sócios.

A incorporação do princípio da cooperação e o desenvolvimento de mecanismos para sua operacionalização como estímulo ao espírito empreendedor autogestionário, devem assegurar um horizonte econômico, que inclua outras variáveis orientadoras da vida em sociedade: a realização pessoal, o lazer, a felicidade e o potencial de inovação e criatividade.

Um ponto importantíssimo é que ao negociarem entre si, as cooperativas possibilitam que o capital gire dentro do próprio setor, fortalecendo-o e semeando seu crescimento. Sendo que para isto deve haver uma maior articulação entre elas.

Quando tenta se avaliar a Economia Popular e Solidária como uma alternativa ao sistema econômico vigente, deve-se primeiramente entender o que quer dizer o “alternativo”. Lisboa (1998, p.9) faz a seguinte observação:

A construção de uma alternativa depende da compreensão da própria palavra “alternativa”: a raiz “alter”, outro, aponta para o diferente, o novo. Já o radical “nativa”, denomina aquilo que é inerente a uma realidade, que lhe é congênito, que lhe envolve. O alternativo vem, portanto, desde dentro, ou da base. Um outro caminho para a sociedade depende, para emergir, de um pensamento novo que permita perceber que a saída se encontra dentro das nossas possibilidades se valorizarmos aquilo que é inerte à nossa natureza, possibilitando romper com

padrões exógenos que vem destruindo nossas solidariedades locais adaptadas a condições ecológicas singulares. O paradigma da vida inspira-se na natureza (e não na máquina): uma árvore sustenta-se de forma resistente e duradoura apenas se estiver bem enraizada em seu solo.

Conclui Paul Singer que o Estado deve apoiar a construção da economia solidária sem pretender definir-lhe os rumos. A economia solidária, para não perder sua autenticidade, tem de permanecer independente de todas as entidades que lhe dão apoio, sobretudo do Estado. Como a economia solidária oferece soluções efetivas e viáveis à crise social, é perfeitamente justificável que ela receba verbas públicas e apoio político do Estado.

4.1 Surgimento do Cooperativismo no Contexto Histórico Mundial

De acordo com Struminski (2007), o cooperativismo é um filhote direto da Revolução Industrial. Naquela época, muitos trabalhadores qualificados das manufaturas começaram a sofrer a competição das máquinas introduzidas nas fábricas. Estas máquinas eram operadas por pessoas não qualificadas, geralmente vindas do campo e que por isso custavam menos aos donos das fábricas. Os produtos feitos de forma industrial eram mais baratos do que os artesanais, de modo que em pouco tempo os trabalhadores manufatureiros corriam o risco de ficar sem trabalho.

Diante deste trágico horizonte, Robert Owen, um dos pioneiros do cooperativismo, defendia a idéia de que os trabalhadores deveriam se organizar e montar suas fábricas. Também pregava que os resultados do trabalho em comum fossem repartidos de forma eqüitativa. Ele sugeria inclusive que ao redor destas fábricas se formassem aldeias cooperativas, onde os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente.

Estas idéias, aparentemente utópicas, tiveram grande aceitação e muitas dessas aldeias foram criadas nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Segundo nos conta Paul Singer, o passo seguinte foi dado em 1844, quando em 21 de dezembro de 1844, 27 tecelões e uma tecelã do bairro de Rochdale, fundaram uma cooperativa de consumo em Manchester, na Inglaterra denominada “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, importante centro têxtil da época.



Figura 8 – Fotografia dos pioneiros de Rochdale (MANCHESTER, 2003)

A Figura 8 apresenta a fotografia de 13 cooperados pioneiros de Rochdale.

Eles adotaram oito princípios, decorrentes das experiências anteriores de cooperativismo. Estes princípios são importantes e valem à pena serem conhecidos:

- 1º: a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
- 2º: a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;
- 3º: qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
- 4º: tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;
- 5º: todas as vendas seriam à vista;
- 6º: os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;
- 7º: a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo e
- 8º: a Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Panzutti (2001) conclui que os Probos Pioneiros passaram, então, a ser considerados inventores da moderna distribuição cooperativa de bens de consumo.

Com estes princípios simples e objetivos, esta cooperativa pioneira teve um crescimento espetacular, alcançando dezenas de milhares de sócios, o que acabou por representar um importante mercado consumidor. Os próprios cooperados aproveitaram esta

oportunidade e surgiram diversas cooperativas de produção, de habitação e até mesmo uma que prestava assistência à saúde.

O cooperativismo brasileiro foi estruturado em treze ramos pela OCB: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, mineral, produção, infra-estrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte de cargas e passageiros.

Apesar das muitas diferenças que existem entre os vários tipos de cooperativas, constatou-se que todas acabaram se regendo pelos mesmos princípios, adaptados e enriquecidos. São estes límpidos princípios que permitem distinguir falsas cooperativas das verdadeiras.

O exemplo bem sucedido desta cooperativa se espalhou pelo mundo e, em 1895, fundou-se a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Singer (2002) afirma que a economia solidária surgiu no Brasil provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar. Foi dessa época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre; a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma (Santa Catarina); e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em S.José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores. Todas elas continuam em operação até hoje.

Assim, tendo este processo se acirrado nos últimos anos em escala mundial, não vemos o cooperativismo e o associativismo como uma simples forma de buscar reinserir os excluídos do sistema, mas de associá-los a um projeto de Educação Popular que vise restituir valores ancestrais esquecidos (como cooperação e solidariedade) na direção da sócio-economia solidária (SILVA & UMBELINO,2001).

Nascimento (2000) argumenta de forma conclusiva que o cooperativismo é algo tão importante e singular que não se pode aceitar a idéia de as cooperativas serem transformadas em partidos políticos, em grêmios estudantis, em instrumento corporativista, em sindicatos, em consórcios, em agências de governo ou mesmo em simples empresas comerciais.

Considera-se que o cooperativismo é um sistema econômico, com grande eficácia para corrigir disfunções dos sistemas econômicos e a forma correta para que os indivíduos realizem, em grupo, objetivos econômicos que teriam dificuldades de alcançarem sozinhos.

4.2 Filosofia Cooperativista Atual

O desemprego em massa e a exclusão social, surgidas a partir da evolução tecnológica, ou mesmo (como é comum em países com economia frágil), de crises locais ou globais, tem sido os novos, embora não únicos incentivadores do novo cooperativismo.

Conforme Namorado (2005) o movimento cooperativo moderno emergiu, em conjugação com o capitalismo, no início de século XIX, para lhe resistir, atenuando os seus efeitos mais penalizantes para os trabalhadores. Por isso se integrou com naturalidade na galáxia associativa, através da qual o movimento operário se organizou, tendo se instituído como um dos seus pilares, ao lado dos sindicatos e dos partidos políticos operários. O autor também afirma que a cooperação é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas; onde nos primórdios da civilização, foi mesmo uma das condições básicas para a sobrevivência da espécie.

Já para Vieira (2005), o cooperativismo, que é uma forma antiga de associação, continua dividindo opiniões e gerando polêmica. Algumas correntes políticas vêem nele a saída para o futuro nas relações e organizações de trabalho. Outras mantêm desconfiança no seu propósito e nas suas possibilidades. As cooperativas já tiveram grande repercussão no passado, imergindo depois em um processo de esquecimento. Nos últimos anos voltaram a ser valorizadas, consequência de seu crescimento, diversificação e como busca para a superação da exclusão do trabalhador do processo produtivo e social.

Novamente é Paul Singer quem nos conta uma experiência singular que está ocorrendo no Brasil, que é a transferência aos trabalhadores de empresas falidas ou em vias de falir. Empresas pequenas, médias e grandes, a maioria industriais, mas também do setor agrícola e de mineração, vem sendo reabilitadas e estão funcionando de forma autogerida, como cooperativas ou associações. 52 delas com 15.000 pessoas ocupadas estão hoje na ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas) e de Participação Acionária ou então na Associação Brasileira de Autogestão.

Embora o cooperativismo no Brasil seja mais conhecido pela sua presença na área agropecuária, com a presença de algumas grandes cooperativas, dentro do novo cooperativismo estão ainda os chamados PACs – Projetos Alternativos Comunitários, ou ainda

as cooperativas de produção formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos assentamentos de reforma agrária. Cooperativas de serviços também têm sido formadas pelas incubadoras tecnológicas ligadas a universidades.

As cooperativas vêm crescendo significativamente em todo território nacional, algumas surgem com intuito de bular a legislação trabalhista, mas a grande maioria busca a consolidação comercial e financeira da chamada "economia solidária". Neste tipo de economia, a produção, a distribuição e o crédito não visam apenas o lucro, mas o crescimento das pessoas, bem como inúmeros benefícios.

Segue abaixo a grande filosofia do cooperativismo atual:

- ele objetiva o desenvolvimento do ser humano, das famílias e da comunidade;
- a cooperativa busca satisfazer não somente a necessidade de renda e consumo, mas também a necessidade social e educativa;
- diferencia-se dos demais tipos de sociedade por ser, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e também um negócio;
- para conseguir bons resultados deverá equilibrar essa dupla característica - o aspecto social e econômico - buscando sempre o aperfeiçoamento de suas atividades e filosofia;
- neste sentido, o princípio da educação permanente deve se traduzir em iniciativas que objetivem preparar o homem para a vida e para o exercício da cidadania. Capacitando-o, ainda, para atuar no mercado de forma empresarial e competente;
- de acordo com o campo de atuação, as cooperativas podem ter objetivos diversos, porém os associados e dirigentes não podem se esquecer do objetivo comum que fez de suas cooperativas um sistema, uma alternativa econômica com fins sociais, onde está claramente colocada uma proposta ética; e
- dentro dessa ótica sistêmica, a intercooperação entre as cooperativas é uma estratégia fundamental não somente para a troca de informações e tecnologias, mas para a realização de transações econômicas mutuamente vantajosas.

4.3 Orientações para se Constituir uma Cooperativa

De acordo com Sandroni (1996), cooperativa é uma empresa formada e dirigida por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários.

O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalistas de caráter monopolístico. Conforme a natureza de seu corpo de associados, as cooperativas podem ser de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de venda por atacado ou de assistência médica.

Para Crézio (2000) cooperativa consiste na união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa.

As mais comuns são as cooperativas de produção, consumo e crédito; há ainda as cooperativas mistas, que unem, numa só empresa, essas três atividades. De acordo com Rech (2000) a cooperativa que será instituída pela FAMASC caracteriza-se por ser uma cooperativa de pesca, por ocorrerem quando um grupo de pescadores organiza em comum as suas atividades produtivas ou desenvolve funções coletivas de colocação da pesca ou para disponibilidade de material necessário para o seu trabalho. Sendo uma alternativa para os maricultores se livrarem do domínio das grandes empresas que impõem condições, dominam o mercado e marginalizam os pequenos produtores.

No Brasil as Sociedades Cooperativas são reguladas pela Lei 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das Cooperativas.

De acordo com a OCB (2004) cooperativa é uma associação de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas com interesses comuns, economicamente organizados de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Entretanto, a partir de 11/01/2003, por força do Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), artigo 1.094, inciso II, deixou de haver número mínimo de associados fixado em lei, sendo necessário apenas que haja associados suficientes para compor a administração da cooperativa.

Saliente-se que a cooperativa existe com o intuito de prestar serviços a seus associados, de tal forma que possibilite o exercício de uma atividade econômica comum, onde cada pessoa tenha apenas um voto e o resultado seja distribuído proporcionalmente à participação de cada cooperante. Sendo regulamentadas por lei desde 1907. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Recomendam-se os seguintes procedimentos conforme a Lei 5.764/71 para proceder-se a constituição e legalização de uma cooperativa:

Fase Preparatória – 1

Reunir um grupo de pessoas interessadas em criar a cooperativa, onde no caso estudado seriam as Associações filiadas a FAMASC, com as seguintes finalidades:

- ⊗ Determinar os objetivos da cooperativa;
- ⊗ Escolher uma comissão para tratar das providências necessárias à criação da cooperativa, com indicação de um coordenador dos trabalhos.
- ⊗ Realizar reuniões com todos os interessados em participar, a fim de verificar as condições mínimas necessárias para a viabilidade da cooperativa.
- ⊗ Se a cooperativa terá condições de contratar pessoal qualificado para administrá-la e contador para fazer a sua contabilidade.
- ⊗ Procurar a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), para solicitar as orientações necessárias à constituição da cooperativa, inclusive um modelo de estatuto e formulários a serem preenchidos.
- ⊗ Participar de um curso sobre Cooperativismo.

Fase Preparatória – 2

A comissão elabora ou examina uma proposta de Estatuto, contendo, entre outros, os seguintes itens:

- ⊗ Denominação, sede, foro, área de ação, prazo e ano social;
- ⊗ Objetivos sociais;
- ⊗ Associados: admissão, direitos, deveres e responsabilidades – demissão, eliminação e exclusão e regras do capital social.

Fase preparatória – 3

- ⊗ Assembléia Geral – definição, convocação e funcionamento; assembléia geral ordinária; assembléia geral extraordinária e eleições.
- ⊗ Conselho de Administração/Diretoria
- ⊗ Conselho Fiscal
- ⊗ Livros e Contabilidade
- ⊗ Sobras, perdas, fundos e balanço geral
- ⊗ Disposições gerais e transitórias.

Fase Preparatória – 4

- ⊗ A comissão realiza reuniões com todos os interessados para distribuição e discussão da proposta de estatuto
- ⊗ A comissão convoca todas as pessoas interessadas para a Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa.
- ⊗ Realização da assembléia geral de constituição da cooperativa, com a participação de todos interessados, no mínimo 20 pessoas físicas.

E por último, o registro na Junta Comercial:

- ⊗ Estatuto Social – 3 vias
- ⊗ Ata de Constituição – 3 vias
- ⊗ Lista Nominativa – 3 vias

Constituindo desta forma a cooperativa, todas estas etapas são necessárias, pois há uma legislação a ser respeitada e uma doutrina e princípios internacionais a serem seguidos,

para evitar o surgimento de falsas cooperativas, que frustram o quadro social e criam inúmeros transtornos ao movimento cooperativista.

5. JUSTIFICATIVAS E ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLUSCOS BIVALVES

A produção de moluscos (mexilhões e ostras) em Santa Catarina tem demonstrado um vertiginoso crescimento na última década, porém, a comercialização destes moluscos tem sido um dos maiores entraves para que o setor da maricultura possa se desenvolver de forma sustentável.

Esta ponta da cadeia produtiva tem ficado a cargo de terceiros - os intermediários. Estes, por sua vez, têm sido os agentes que mais se beneficiam com os resultados econômicos e financeiros produzidos pelo setor. Adquirem os moluscos diretamente dos produtores, de forma individual, contribuindo para a desagregação dos maricultores, incitando a concorrência do produtor. Geralmente compram os moluscos *in natura* e beneficiam em locais sem higiene, sem fiscalização sanitária e vendem às indústrias de transformação, que congelam e embalam o produto, passando a utilizar o SIF - Serviço de Inspeção Federal, concedido pelo Ministério da Agricultura.

Aproveita-se do conhecimento do mercado muito pouco, ou quase nada é explorado pelo setor produtivo. Em recente projeto de pesquisa de mercado desenvolvido pela Epagri (2003), aplicado em grandes centros consumidores do país - como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outros -, fica demonstrado que 71% dos pesquisados não são consumidores de moluscos e 18% sequer conhecem os produtos da maricultura.

Esta pesquisa evidenciou que se trata de um mercado ocioso que necessita ser melhor estudado, afim de instrumentalizar a organização dos produtores catarinenses em ações que viabilizem a comercialização e a logística pensada executada a partir destes maricultores, possibilitando o empoderamento deste importante elo da cadeia produtiva, objetivando, assim, maiores e melhores resultados para os nossos produtores marinhos, justificando a necessidade da criação da Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves.

Algumas iniciativas no sentido de organizar a produção conjuntamente com a comercialização dos moluscos produzidos em nosso Estado já foram tentadas, já relatado no caso CECOMASC (Central Cooperativa de Comercialização dos Moluscos de Santa Catarina), no entanto, a maioria feita de forma inconsistente, sem o devido e o necessário comprometimento dos próprios produtores, por via de suas associações.

Estes exemplos mal sucedidos podem ser observados em Palhoça, Penha e Bombinhas, principalmente, onde os equipamentos das Unidades de Beneficiamento encontram-se obsoletos e sucateados, e, em pelo menos um caso - Enseada de Brito, na cidade de Palhoça, um dos parques de maior produção da espécie nativa do mexilhão “perna-perna” -, a planta processadora de moluscos, construída com recursos do Ministério do Meio Ambiente, encontra-se terceirizada a uma empresa privada.

A Agência de Desenvolvimento Solidário de Santa Catarina foi a única instituição, até aqui, capaz de pensar e executar, em conjunto com a FAMASC, trabalhos de mobilização e formação dos conceitos de Economia Solidária, voltada a empreendimentos cooperativos de forma participativa e autogestivários.

Para atender a demanda dos produtores, a FAMASC se vê impelida a formular, de forma participativa, um Plano de Negócio, para o qual busca parceria e recursos. A FAMASC está convicta que todo o processo de organização dos maricultores passa, necessariamente, pela organização econômica dos produtores.

Uma organização que necessita de planejamento administrativo e técnico que possibilite aos produtores maior clareza acerca não só dos passos a serem dados, mas, também, e, sobretudo, dos possíveis resultados. Questionamentos acerca das melhores estratégias para chegar ao mercado consumidor do Estado e do Brasil, a melhor forma de organização do beneficiamento, a logística entre o produtor e as plantas processadoras e desta com o mercado consumidor, os custos de produção e preços indicativos de vendas, os investimentos necessários, entre outros, pois cercam os produtores de receios ao ousarem na criação de um empreendimento coletivo e solidário.

O objetivo deste trabalho é orientar a FAMASC na elaboração de um Plano de Negócios. Deixando claro a quantidade de benefícios que este Plano de Negócios poderá trazer para um empreendimento deste cunho. Através desta ferramenta de gestão, consegue-se planejar e decidir a respeito do futuro do empreendimento, tendo como base os recursos disponíveis e potenciais, sua situação atual em relação ao mercado, aos clientes e à concorrência.

Com o Plano de Negócios é possível identificar os riscos e propor planos para minimizá-los e até mesmo evitá-los; identificar seus pontos fortes e fracos em relação à concorrência e o ambiente em que se atuará; conhecer seu mercado e definir estratégias de

marketing para seus produtos e serviços; analisar o desempenho financeiro do empreendimento, avaliar investimentos, retorno sobre o capital investido; enfim, ter-se-á um poderoso guia que norteará todas as ações.

Rocha, M. T; Dorresteijn, H. & Gontijo, M. J. (2005) relata que historicamente os micro-empresendedores não se relacionaram diretamente com o mercado. Como em boa parte dos casos a produção cai nas mãos de atravessadores, os produtores e produtoras tiveram pouco contato com esse mercado e não desenvolveram a habilidade de ouvi-lo. Porém a história está mudando e cada vez mais os micro-empresendedores estão se relacionando diretamente com o mercado, aumentando sua capacidade de acertar mais na hora das vendas.

Este se coloca como um fator de grande peso para a FAMASC na necessidade de criação da Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves, pois suas associações não agüentam mais serem lesadas por estes atravessadores, desta forma, organizadas pela cooperativa poderão tratar diretamente com seus clientes sem intermediação de nenhum agente, beneficiando todos os cooperados.

De acordo com McKinsey e Ashoka (2001), um dos aspectos que não pode ser negligenciado no planejamento de um negócio, seja ele de uma organização do terceiro setor, seja de uma empresa privada, é o *marketing*. Ter um produto /serviço muito diferenciado não basta. É preciso entregá-lo de forma eficiente ao consumidor e comunicar seus atributos ao público-alvo.

Este é outro problema que a Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização de Moluscos Bivalves se propôs a sanar. Terá como objetivo a elaboração de um Plano de Marketing, incluindo a estratégia técnico-operacional, criar uma marca para o empreendimento e as suas embalagens. Descrever os produtos que serão comercializados; fazer uma análise dos clientes atuais e potenciais para o negócio; e também avaliar a localização ideal que compõe os parâmetros de custo / benefício /técnicos e logísticos; como também determinar seus custos e seus preços de venda.

Segundo Rocha, M. T; Dorresteijn, H. & Gontijo, M. J. (2005), é impossível falar em negócios sustentáveis se não tocarmos no tema do manejo. Apesar de ser de pequenas comunidades, muitos produtos não conseguem trabalhar a sustentabilidade ambiental, colocando em risco o futuro delas e das novas gerações. Tanto na agricultura como no setor de

artesanato, e ainda no manejo de florestas, é possível implementar práticas de manejo sustentável.

O manejo sustentável deve ser olhado de dois pontos de vista: garantir a extração de matéria-prima no presente e para o futuro, e garantir a boa imagem de mercado. A cooperativa, desta forma, se comprometerá a fiscalizar a extração nas áreas de cultivo, bem como buscar recursos e parcerias para solucionar o grande problema de falta de saneamento nas áreas produtivas, para não comprometer a qualidade das águas e também da produção. Será um trabalho árduo de conscientização, porém necessário.

Enfim, podemos resumir de uma forma geral, os entraves levantados pela FAMASC apresentados pela maricultura catarinense, cujas, considerações estão respaldadas nas discussões levantadas com os produtores no decorrer desses sete anos.

Os entraves encontrados na produção e comercialização estarão relacionados a baixo, com o intuito de completar a explanação feita no início deste capítulo, dando-lhes o mesmo grau de importância:

- Fiscalização insuficiente em toda a cadeia produtiva;
- Falta de legalização nos cultivos;
- Falta de políticas públicas direcionadas para o setor;
- Falta de formação e capacitação para o manejo de sementes;
- Falta de fiscalização no transporte de produtos comercializados com SIF de pescado;
- Terceirização de Unidades construídas com recursos públicos;
- Falta de socialização das informações a respeito do setor;
- Falta de inserção do poder público local ao setor;
- Roubo de produtos no mar;
- Falta de políticas públicas que integrem as instituições e as entidades envolvidas na maricultura;
- Dificuldade dos produtores em trabalhar em sistema cooperativo; e
- Pouca agregação de valor nos produtos.

E de uma forma geral, a FAMASC propõe as seguintes sugestões para tentar corrigir ou pelo menos amenizar estes entraves e também todos os outros citados até o presente; através da constituição do empreendimento solidário proposto por ela até o momento:

- Viabilizar insumos, obtenção de créditos, ampliação de mercados, Plano de marketing, e bem como, a estruturação das Unidades de Beneficiamento de Moluscos com intuito de agregar valor à produção (defumados, congelados e conservas), aumentando a renda social dos produtores;
- Uma maior autonomia aos municípios para coibirem os roubos no mar (modelo da guarda municipal);
- Minimizar os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos produzidos pela maricultura;
- Gerar mais oportunidades de trabalho e renda para jovens e mulheres;
- Viabilizar projeto de ampliação e padronização das áreas de cultivo;
- Proporcionar novos conhecimentos e tecnologias mecanizadas para o manejo;
- Promover a discussão da maricultura no plano diretor dos municípios produtores;
- Introduzir o tema da maricultura nas escolas estaduais e municipais, criando uma conscientização de base;
- No Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura, acrescentar um recadastramento dos produtores, considerarem as potencialidades locais e constituir um espaço para formação de outros setores (Turismo, etc.); e por fim,
- Discussão com a União para obter a concessão da utilização das águas públicas.

Facilitando desta forma, uma maior articulação entre os produtores e os fatores externos que entrava o desenvolvimento do setor; onde a FAMASC assume papel de tutora de suas associações devido ao seu poder de persuasão; por necessitarem um pouco mais de manejo, lutando em prol de benefícios e inclusão social, para esta categoria que se encontrava a margem do sistema dominante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Conclusão

A produção de moluscos (mexilhões e ostras) em Santa Catarina tem demonstrado um vertiginoso crescimento na última década, porém, a comercialização desses moluscos tem sido um dos maiores entraves para que a maricultura possa se desenvolver de forma sustentável.

Esta ponta da cadeia produtiva tem ficado a cargo de terceiros – os intermediários. Estes, por sua vez, têm sido os agentes que mais se beneficiam com os resultados econômicos e financeiros produzidos pelo setor. Adquirem os moluscos diretamente dos produtores, de forma individual, contribuindo para a desagregação dos maricultores, iniciando a concorrência entre eles. Geralmente compram os moluscos *in natura* e beneficiam em locais sem higiene, sem fiscalização sanitária e vendem às indústrias de transformação, que congelam e embalam o produto, passando a utilizar o SIF - Serviço de Inspeção Federal, concedido pelo Ministério da Agricultura.

Algumas iniciativas no sentido de organizar a produção juntamente com a comercialização dos moluscos produzidos em nosso estado já foram tentadas, outras até já foram aplicadas, no entanto, a maioria feita de forma inconsistente, sem o devido e necessário comprometimento dos próprios produtores e instituições responsáveis.

Para entender esta demanda dos produtores, a FAMASC se vê impelida a formular, de forma participativa, um Plano de Negócios, para o qual busca parceria e recursos.

Um projeto que necessita de planejamento administrativo e técnico que possibilite aos produtores maior clareza a cerca não só dos passos a serem dados, mas, também, e, sobretudo, dos possíveis resultados. Questionamentos acerca das melhores estratégias para chegar ao mercado consumidor que se encontra ocioso no estado e no Brasil, a melhor forma de organização do beneficiamento, a logística entre o produtor e as plantas processadoras e desta com o mercado consumidor, os custos de produção e preços indicativos de vendas, os investimentos necessários, entre outros, cercam o produtor de receios ao ousarem na criação de um empreendimento coletivo e solidário.

Com o surgimento na última década do desemprego estrutural, de longo prazo, aumentou a busca por novas formas de trabalho que não a assalariada. Nesse contexto, o cooperativismo, em suas várias modalidades, ressurgiu como alternativa para a geração de renda. Infelizmente as pessoas somente se dão conta dessa possibilidade em momentos de dificuldades. A realidade é que o trabalho cooperado pode significar muito, principalmente em termos de estabilidade profissional e financeira. Confirmando que esta forma de negócio poderá sim, se bem trabalhada e levada a sério uma alternativa para a expansão e profissionalização da Maricultura Catarinense.

Esta monografia se comprometeu a mensurar todos os problemas enfrentados pelo setor da maricultura catarinense, como também colher informações, com intuito de orientar à FAMASC na construção e implementação de seu tão almejado empreendimento solidário.

Para realização deste Plano, a FAMASC vê a necessidade de se compor uma equipe multidisciplinar para se alcançar satisfatoriamente os objetivos descritos. Deste modo, precisará também da cooperação de profissionais qualificados nas áreas de Economia Social, Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Ambiental, *Marketing* e *Design Gráfico*, e terá que buscar apoio em instituições como Universidades, sendo um árduo caminho a ser percorrido.

Considera-se a cooperativa como sendo a empresa do futuro, já que ela exige responsabilidade, comprometimento e participação de todos os cooperados dentro de uma estrutura de decisão democrática. Se o resultado é positivo, todos ganham, se negativo, todos deixam de ganhar.

Ainda que estejamos descobrindo o cooperativismo pelo caminho torto, o do desemprego, o resultado tende a ser positivo, motivo pelo qual é necessária a implementação e a ampliação de políticas públicas de apoio ao cooperativismo, já que ele se configura como uma nova forma viável de trabalho e geração de renda. É um modelo que precisa ser incentivado, não com palavras, nem com promessas, mas com ações efetivas.

Este trabalho quis conscientizar as pessoas, que as cooperativas desenvolvem um grande poder de inserção social. Conquistam meios de sobrevivência. Difundem o espírito do cooperativismo. Promovem a melhoria de vida das comunidades, criando redes de proteção social. Se um pequeno agricultor, por exemplo, perder toda a colheita numa determinada época, ele estará muito mais protegido se for associado a uma cooperativa. A solidariedade é

um valor muito forte nas associações que criam essas redes de proteção social. E essa é a essência da vida em sociedade, essa é a essência da cultura do voluntariado: ajudar uns aos outros com o objetivo de viver num mundo mais digno, justo e igualitário.

Conclui-se então que, se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência das pessoas que estão em condições de desigualdades sociais, elas poderão encontrar no cooperativismo uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento regional pelo estabelecimento de acordos, parcerias, apoio e políticas públicas municipais necessárias ao sucesso do empreendimento.

Espera-se que a FAMASC consiga parcerias para montar sua equipe multidisciplinar, para atingir seus objetivos e executar realmente seu Plano de Negócios, com intuito de maximizar os benefícios por ela propostos e principalmente, inserir de forma expressiva estes maricultores num contexto social mais humano e igualitário, através deste projeto com sólidas bases na Economia Solidária: a COOPERATIVA CENTRAL DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLUSCOS BIVALVES.

6.2 Recomendações

Diante das situações observadas no decorrer desta monografia é condizente que pelo menos uma recomendação seja feita, referente a um sério problema constatado.

Para que haja um desenvolvimento responsável e sustentável da maricultura catarinense, as cidades litorâneas produtoras não podem continuar sem saneamento, que poderá comprometer a atividade futura, se não houver uma política emergencial voltada para discutir o problema a âmbito municipal. Pois, saneamento é um problema de todos. Devendo haver um maior envolvimento e comprometimento dos Poderes, principalmente dos municipais, viabilizando projetos de saneamento nestas cidades.

A presente monografia propõe que continue o seu trabalho de pesquisa, sugerindo dar-se continuidade a Elaboração do Plano de Negócios tão exposto pela FAMASC, ou ainda, mensurar realmente a abrangência de seus resultados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, W. A. de, (2006); **Diagnóstico da Malacocultura no Município de Bombinhas**. 94 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômica) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. **A economia solidária é um projeto de uma nova sociedade, mais livre, justa, democrática e igualitária**. <http://www.consciencia.net>. Acesso em 13 de maio de 2007.

AMORIM, L. M., (2005); **Mulheres na Economia Solidária: Reflexos da Reestruturação Produtiva – o caso das maricultoras associadas à Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina**. Florianópolis - SC. UFSC (Dissertação de Mestrado).

CRÚZIO, Helnon de Oliveira; **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156p.

CUSTÓDIO, A. V., (2005); **Micro e Pequenas Empresas (MPEs) Inseridas em Arranjos Produtivos Locais – Um Estudo de Caso da Malacocultura na Grande Florianópolis/ SC: UFSC (Dissertação de Mestrado)**, 110p.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócios para organizações sociais. Ashoka Empreendedores Sociais e McKinsey e Company, Inc. São Paulo: Peirópolis, 2001.142p.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. Apresenta Síntese informativa da população de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras) no estado de Santa Catarina em 2006. Disponível em: < <http://www.epagri.rct-sc.br> >. Acesso em 10 de março de 2007.

FANTIN, M. & Silva, Z. D. da. **A realidade da pesca artesanal em quatro comunidades pesqueiras na região de Florianópolis: relatório de pesquisa**. Florianópolis: UFSC – NEF, 1990. 62p. (Relatório CNPq).

GRAMKOW, A., (2002); **Redes e Parcerias Organizacionais**: a Experiência da Maricultura Catarinense. Florianópolis-SC. UFSC (Dissertação de Mestrado), 48- 50p.

LISBOA, Armando. **Os desafios da Economia Popular e Solidária**. Disponível em: < <http://www.ecosol.org.br/bib2.htm> >. Acessado em 10 de julho de 2007.

LCMM. Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos. Universidade Federal de Santa Catarina. Apresenta métodos de laboratórios e técnicas de cultivo de moluscos. Disponível em: < <http://www.lcmm.ufsc.br> >. Acesso em 16 de abril de 2007.

MAGALHÃES, A. R. M. et al. Sanidade de peixes, rãs, crustáceos e moluscos. In: VALENTI, W. C. (editor chefe). **Aqüicultura no Brasil**: bases para um desenvolvimento sustentável. Brasília: CNPq/ Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

NAMORADO, R. Cooperativismo – um horizonte possível. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/229/229.pdf> >. Acessado em 20 de junho de 2007.

PANZUTTI, Ralph. **Empreendimento cooperativo: um novo agente econômico**. São Paulo: OCESP-SESCOOP, 2001.

PINTO, J. R. L. Economia Popular e Solidária. JB ONLINE. Disponível em: < <http://www.jbonline.terra.com.br/jb/papel/opiniaio/2005/10/12/joropi20051012003.html> >. Acesso em 29 de junho de 2007.

PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá (Org.). *Mudanças no Mundo do Trabalho: Cooperativismo e Autogestão*. Fortaleza: INTECOOP - CE/UFC, 2000.

Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura. Disponível em: < [http://www.inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias2003/santacatarina\(florianopolis\).pdf](http://www.inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias2003/santacatarina(florianopolis).pdf) >. Acesso em 17 de maio de 2007.

RAZETO, L. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROCHA, M. T; Dorresteijn, H. & Gontijo, M. J. (2005). Empreendedorismo em negócios sustentáveis – Plano de Negócios como ferramenta do desenvolvimento. Org(s): Marcelo Theoto Rocha, Hans Dorresteijn e Maria José Gontijo. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.119p.

ROSA, R. de C. C., (1997); **Impacto do Cultivo de Mexilhões nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina**. Florianópolis-SC: UFSC (Dissertação de Mestrado).

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendimentos de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTI, Júlio César. **Diagnóstico da Malacocultura no Município de São Francisco do Sul – Santa Catarina**. 2006.118 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômica) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

STRUMINSKI, E. O Cooperativismo, um pouco de história. Análise Financeira. Disponível em: < <http://www.analisefinanceira.com.br/artigos/cooperativas.htm>>. Acessado em 21 de maio de 2007.

SILVA, G. & Umbelino, V. J. Empreendimentos Sócio-Econômicos de Solidariedade: uma metodologia de incubagem. Florianópolis, 2001 (Artigo).

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink. **Cooperativismo: uma revolução em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VEIGA, S. M. & Rech, D. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 97 p.

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro (2005). **Cooperativismo de trabalho**: Alternativa de geração de trabalho e renda. (Dissertação – Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). Departamento de Economia, Contabilidade e Administração – ECA, Universidade de Taubaté, Taubaté. Disponível em: <http://www.unitau.br/prppg/cursos/ppga/mestrado/2004/vieira_arlete_candido_monteiro.pdf>. Acessado em 21 de maio de 2007.